



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO



Ações contra as violências no ensino superior: políticas, mecanismos e a informação nos sites de instituições públicas brasileiras

Actions against violence in higher education: policies, mechanisms, and
information on the websites of public institutions in Brazil

*Morgani Guzzo*¹
*Pedro Henrique Ramos Ordones*²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a existência e a disposição das informações sobre políticas e mecanismos de enfrentamento, denúncia e acolhimento de casos de violência de gênero nos sites das instituições públicas de ensino brasileiras. Como resultado, verificou-se que a maior parte das IES analisadas não possui informação acessível ou políticas e mecanismos institucionalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de Gênero. Ensino Superior. Sites Institucionais. Acesso à Informação. Comunicação.

ABSTRACT

This article aims to analyze the existence and availability of information on policies and mechanisms for addressing, reporting, and supporting cases of gender-based violence on the websites of Brazilian public educational institutions. As a result, it was found that most of the analyzed higher education institutions lack accessible information or institutionalized policies and mechanisms.

KEYWORDS: Gender-based Violence. Higher Education. Institutional Websites. Access to Information. Communication.

* * *

¹ Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC), com bolsa CNPq vinculada ao INCT Caleidoscópio – Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades, Violências de Gênero e Sexualidade e suas Múltiplas Insurgências. E-mail: morganiguzzo2@gmail.com

² Jornalista formado na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Iniciação Científica no período de 2024-2025, sob orientação de Morgani Guzzo.

Introdução

As universidades podem ser espaços de maravilhamento, descortinar de saberes, descobertas, oportunidades de desenvolvimento pessoal e intelectual e de avanço científico e social³. No Brasil, a partir dos anos 2000, com as políticas de ações afirmativas e a entrada de grupos diversos daqueles que historicamente ocuparam os bancos das universidades⁴, essas instituições têm mudado. Epistemologicamente, especialmente, mas, também, em sua forma.

A imagem deste espaço como algo avançado em relação ao restante da sociedade, no entanto, é ilusória. Como parte da sociedade capitalista, patriarcal, racista e elitista, as instituições de ensino superior também são estruturas de poder. Assim, o aumento da diversidade em salas de aula também explicitou que este espaço reproduz as desigualdades, violências e opressões da sociedade da qual faz parte.

Dentre as diversas formas de opressões, este artigo enfoca, especialmente, nas desigualdades e violências de gênero. Gênero é entendido como uma categoria de organização social (Scott, 1995), na qual, a partir de características corporais, divide-se e hierarquiza-se as pessoas, de maneira binária (homens e mulheres) e cisheteronormativa, impondo formas de agir,

³ Este artigo é um dos resultados da pesquisa de Pós-doutorado Junior (PDJ/CNPq) realizada junto ao INCT Caleidoscópio: Instituto de Estudos Avançados em Iniquidades, Desigualdades e Violências de Gênero e Sexualidade e suas múltiplas insurgências (Processo 157701/2025-5), cujo título é: “Mapeamento, troca de experiências e divulgação científica: estratégias de circulação das boas práticas, formação e articulação em rede para o enfrentamento às violências de gênero e suas interseccionalidades nas universidades”, vinculada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (Processo: 202402733), com supervisão da professora Dra. Joana Maria Pedro. Também é resultado do projeto “Impasses para a presença de mulheres em espaços de poder: assédio nas universidades e violência política de gênero (estudo comparado entre América Latina e França)”, coordenado pela professora Dra. Janine Gomes da Silva (Processo 406634/2023-8).

⁴ Chamamos a atenção, especialmente, à luta do movimento negro, indígena e quilombola (principalmente no Brasil) e de estudantes de escolas públicas por políticas de cotas. Embora este artigo se concentre nas políticas e mecanismos de enfrentamento às violências de gênero, é indispensável pensar esse acesso e permanência em uma perspectiva interseccional, que leve em conta que as pessoas mais afetadas pelas violências são, geralmente, aquelas mais marcadas pelas discriminações de gênero, raça, sexualidade e classe social.

espaços a ocupar, atividades a desempenhar e, conseqüentemente, preconceitos, estereótipos, limitações e violências. Na dinâmica capitalista e patriarcal, as mulheres foram historicamente inferiorizadas, objetificadas e destinadas a atividades de menor prestígio social e econômico. Como resultado, sua entrada nas universidades e atuação em trabalhos mais reconhecidos é recente e, por esse avanço se tratar de uma ruptura à lógica naturalizada do gênero, é permeado de ameaças e violências.

A desigualdade de gênero no âmbito científico tem sido estudada e analisada em diversas áreas do conhecimento (Costa, 2006; Keller, 1991; Leta, 2003; Lopes et al. 2004; Feltrin et al., 2025), demonstrando a imbricação entre as iniquidades e violências de gênero na sociedade e o apagamento do trabalho das mulheres na história da ciência, os obstáculos impostos para o seu desenvolvimento científico e o preconceito que ainda as exclui de várias carreiras com base em estereótipos de gênero.

Apesar das barreiras, o crescente acesso deste grupo social às universidades têm transformado as dinâmicas destes espaços ao impor perspectivas, demandas e questões novas à ciência, à prática educacional ou às formações em diferentes profissões.

No contexto brasileiro, a ampliação do acesso ao ensino superior, aliada à emergência de movimentos feministas, estudantis e de direitos humanos, especialmente a partir dos anos 2000, contribuiu para a visibilização das múltiplas formas de violência que atravessam o cotidiano universitário. O assédio moral e sexual, a violência simbólica e institucional e as desigualdades de gênero, raça e sexualidade são fatores impactam diretamente a permanência e o desenvolvimento acadêmico de grupos já vulnerabilizados na sociedade, como mulheres, pessoas negras, trans e não binárias, quilombolas, indígenas, entre outras.

Diante desse cenário, as instituições de ensino superior (IES) passaram a ser interpeladas a assumir responsabilidades institucionais no enfrentamento às violências, por meio da criação de políticas, programas, protocolos e serviços de acolhimento às pessoas impactadas por violências e desigualdades. Entretanto, a existência formal desses mecanismos não

garante, por si só, sua efetividade. A forma como tais políticas são comunicadas e disponibilizadas à comunidade acadêmica constitui um elemento fundamental para o acesso aos direitos e aos serviços de proteção.

Este artigo tem como objetivo mapear, a partir da análise das páginas oficiais das instituições na internet, a existência e o acesso às informações sobre os mecanismos de enfrentamento às violências de gênero. Esta pesquisa é a primeira etapa de um mapeamento nacional e tem como foco instituições de ensino superior públicas das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Foram contempladas 54 universidades públicas: 37 federais (14 localizadas na região Sul e 23 na região sudeste do Brasil) e 17 estaduais (9 na região sul e 8 na região sudeste do país).

Com base nesse levantamento, apontamos a importância da comunicação institucional não só para a visibilidade e acesso a esses mecanismos e políticas, mas como forma de demonstrar posicionamento das instituições de forma explícita diante de casos de violência em seus ambientes.

1 Violências de gênero como uma pauta nas universidades

A partir dos anos 1960, as epistemologias feministas desenvolveram críticas ao padrão androcêntrico, masculino, eurocêntrico e hegemonicamente branco da ciência (Harding, 1996; Haraway, 1995; Schiebinger, 2001; Sardenberg, 2002; Keller, 2006; Bandeira, 2008). Teóricas feministas têm demonstrado que a ciência não é neutra, sendo atravessada por hierarquias de gênero, raça e classe que produzem desigualdades no acesso, na permanência e no reconhecimento acadêmico. Da mesma forma, demonstram que as relações de poder estruturam a produção do conhecimento científico e as instituições sociais, incluindo as universidades.

A provocação dos feminismos, dos estudos das mulheres, estudos feministas e dos estudos de gênero, especialmente a partir dos anos 1980, levou ao desenvolvimento de leituras críticas sobre a sociedade e à implementação de políticas públicas, especialmente voltadas à análise e

enfrentamento às violências e desigualdades e violências de gênero, sexualidade e suas interseccionalidades (Barsted, 2016).

Desde os anos 1980 a produção científica nas universidades brasileiras contribuiu com expressiva produção de estudos e pesquisas sobre a violência contra as mulheres, ajudando na compreensão desse fenômeno em suas dimensões, causas e características. Muitos desses estudos contribuíram para a denúncia da violência como problema social, fundamentaram projetos de políticas públicas, e avaliação da forma como as instituições respondem a essa violência (PASINATO, 2017, s/p).

Nesse sentido, a violência de gênero tornou-se um conceito que tem embasado a compreensão de lógicas que, desde séculos, têm subjugado as mulheres e diversidades de gênero tanto nos espaços de poder quanto em suas relações íntimas. A violência atua, portanto, como um mecanismo de controle social e subordinação do outro e pode tomar diversas formas: física, sexual, psicológica, moral, digital/virtual, patrimonial, institucional, entre outras.

Parte dessa elaboração e da luta das mulheres e feministas resultou na elaboração de documentos, marcos legais internacionais e nacionais e de políticas públicas para o enfrentamento às violências de gênero. Exemplos disso foram a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), em 1979, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), de 1994, que reconhecem a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos. Como signatários destes tratados, o Brasil e outros países devem elaborar políticas de prevenção e combate a essas violações, garantindo ambientes educacionais livres de discriminação e violências.

Parte, também, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a determinação de que o Brasil criasse uma lei contra as violências contra as mulheres. É o caso da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340 – Brasil, 2006), reconhecida mundialmente como uma legislação modelo para o enfrentamento às violências de gênero, especialmente por abarcar, além do

caráter punitivo, ações de prevenção e acolhimento, incluindo a implementação de serviços especializados de atendimento, como delegacias da mulher, centros de referência e casas-abrigo.

Mais recentemente, outras leis brasileiras têm ampliado o entendimento e o rol de crimes relativos à violência de gênero, como é o caso da tipificação do assédio sexual (Brasil, 2001), do feminicídio (Brasil, 2015), da importunação sexual (Brasil, 2018), da violência política de gênero (Brasil, 2021), entre outras.

Embora existam leis punitivas, as mulheres ainda enfrentam resistências e violências que configuram obstáculos à sua permanência e à ascensão de suas carreiras em espaços de poder e prestígio e, entre eles, no âmbito científico.

A escassez de instâncias universitárias dedicadas a políticas de equidade e ao enfrentamento às lógicas violentas (Rodríguez de Melara, 2018), faz com que a violência de gênero seja um fator de exclusão, razão de evasão e da limitação das futuras carreiras profissionais das mulheres (Almeida, 2017; Mendoza, 2013; Moreno, 2003; Mingo e Moreno, 2015).

A visibilidade de casos de assédio e outras formas de violência de gênero no ambiente acadêmico tem crescido, especialmente a partir dos anos 2000. Um marco desse processo, no Brasil, foi a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito apelidada de “CPI dos Trotes”, em 2014, pela Assembleia Legislativa de São Paulo. Naquele ano, denúncias envolvendo estupros em festas e “rituais de acolhimento” de estudantes em universidades de São Paulo chocaram a opinião pública, demonstrando o silêncio e a omissão das instituições diante de fatos que, por sua recorrência, pareciam fazer parte da cultura universitária (Almeida, 2022).

O escândalo deu vazão à primeira pesquisa nacional sobre violência contra as mulheres no ambiente universitário, realizada pelo Instituto Avon e Data Popular, em 2015, que agregou relatos online, via internet, obtidos de 1.823 estudantes, sendo 60% mulheres e 40% homens. Entre os resultados, destaca-se que 67% das entrevistadas afirmaram terem sofrido algum tipo de violência; 56% afirmaram ter sofrido assédio sexual, e 28% disseram que

sofreram violência sexual, o que inclui desde beijos e toques sem consentimento até estupros. 63% daquelas que sofreram algum tipo de violência não denunciaram o caso. Com relação à percepção dos homens sobre as violências, 27% dos entrevistados consideravam que abusar de uma mulher quando ela está alcoolizada não é violência e 35% afirmaram que julgavam não haver violência no ato de coagir uma mulher a participar de atividades degradantes (Instituto Avon/Data Popular, 2015).

Nos anos seguintes, pesquisas envolvendo a análise da violência de gênero em espaços institucionais, especialmente em universidades, têm crescido não só no Brasil, como na América Latina, na Europa, nos Estados Unidos e em outros países. Na última década, estudos que focaram em várias dimensões dessa problemática têm complexificado a discussão, mostrando não só a incidência das violências nas dinâmicas educacionais e de trabalho, mas também a percepção e vivências de estudantes sobreviventes de violências (Zanello; Richwin, 2022).

As formas de violência relatadas no ambiente universitário incluem violência física, psicológica, assédio moral, assédio sexual, violência institucional, violência simbólica, ameaça, desqualificação intelectual, racismo, capacitismo e LGBTfobia, entre outras (Rufino; Leite, 2025).

A análise de dados de violência sexual em universidades em seis países (Alemanha, Espanha, Reino Unido, Colômbia, Índia e Brasil) (Lima e Ceia, 2022), demonstra que a violência de gênero nas universidades é um problema transnacional, com contornos similares, independentemente das disparidades socioeconômicas ou das diferenças culturais entre os países. Por isso, seu enfrentamento deve se configurar como uma pauta global, que demanda respostas nos níveis local, nacional e internacional entre governos, universidades, organizações internacionais e sociedade civil organizada (Lima; Ceia, 2022).

Pesquisas nacionais e latino-americanas indicam que a criação de protocolos e mecanismos institucionais tem avançado de forma desigual, muitas vezes impulsionada por mobilizações estudantis, denúncias públicas e pressões sociais.

As denúncias dessas violências e o enfrentamento das lógicas desiguais têm partido, muitas vezes, de coletivos feministas e LGBTQIAPN+ no interior das instituições educacionais (Godinho, 2022; Guzzo; Wolff, 2017). A proliferação dos grupos de estudo, núcleos e laboratórios de gênero e feministas, as mobilizações de estudantes organizadas em coletivos feministas e o engajamento de professoras nas denúncias e apoio às vítimas têm impelido as IES a responder, de forma institucional, a este cenário. Assim, iniciativas como campanhas, protocolos, políticas e mecanismos de enfrentamento e prevenção às violências têm sido criadas para a prevenção das violências e responsabilização dos agressores. Da mesma forma, este tem se consolidado como um tema central no debate acadêmico, político e institucional.

2 Políticas institucionais de enfrentamento às violências de gênero nas universidades

Pesquisas mostram que a violência de gênero nas universidades é frequente e fortemente enraizada e, ainda que esse debate tenha ganhado notoriedade em nível global, ainda está longe de ser traduzido em políticas institucionais efetivas para seu enfrentamento. Ahmed (2022), ao abordar as universidades do Reino Unido, denuncia que as violências nas IES não são só um aspecto estrutural, mas parte de seu mecanismo, vide as barreiras institucionais às denúncias e à eficácia das políticas para seu enfrentamento.

A literatura evidencia que as universidades, na maioria das vezes, encobrem, não apuram as denúncias e tampouco promovem ações para coibir as violências. Diante de casos de assédio que vêm a público, sentem-se mais atacadas por estudantes ou docentes que denunciam do que pelo fato de isso ter acontecido em suas dependências ou de ser algo recorrente (Almeida, 2023).

Diante disso, pesquisadoras têm se debruçado sobre os processos e a eficácia da criação de políticas institucionais de enfrentamento às violências de gênero nas IES. Furlin e Delgado (2024), ao levantarem os mecanismos

existentes em universidades federais brasileiras, evidenciaram que das 69 instituições, apenas 23 tinham instituído algum mecanismo até 2022. Em mapeamento envolvendo as universidades estaduais do Sul e do Sudeste brasileiros, Furlin (2025) mostrou que de 23 universidades, apenas 9 possuíam algum mecanismo de enfrentamento às violências de gênero ou de equidade de gênero.

A sanção da Lei nº 14.540, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e a Violência Sexual no âmbito da administração pública (Brasil, 2023) e a publicação do Decreto nº 12.122, que institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação no âmbito da Administração Pública Federal (Brasil, 2024), têm respaldado e estimulado a criação de políticas institucionais nas universidades e em outros órgãos da administração pública.

Em pesquisa com as 69 universidades federais do país, Rufino e Leite (2025) levantaram que “até 2022, apenas 12 Universidades Federais possuíam equipamentos focados no combate às violências. Mais recentemente, entre 2023 e 2024, outros 10 foram criados”. (Rufino; Leite, 2025, p. 50). No entanto, as autoras demonstram que o número ainda é baixo: apenas 22 (31,88%) das 69 têm algum equipamento desse tipo.

Em 2024, auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União buscou avaliar a existência e eficácia dos sistemas de prevenção e combate ao assédio nas universidades federais brasileiras. Segundo relatório publicado em 2025, 60% das instituições não possuíam políticas adequadas para este fim (Tribunal de Contas da União, 2025).

Embora a existência dessas políticas e mecanismos seja primordial para entender a importância dada ao enfrentamento às violências nas IES, nos interessa, também, compreender a qualidade da informação disponibilizada sobre essas políticas e equipamentos nos sites institucionais. Estudos realizados no Brasil e em países como Chile, Argentina e México evidenciam que a comunicação institucional é um fator determinante para a efetividade dessas políticas.

3 Informação e comunicação sobre as políticas institucionais

Diagnósticos sobre a violência de gênero no ensino superior revelam um desconhecimento generalizado da comunidade acadêmica acerca de seus direitos, dos canais de auxílio e dos fluxos de denúncia (Lizama-Lefno; Quiñones, 2019; Oberti; Spataro; Azparren, 2021; Cavaleiro; Lizzi, 2024). Como resposta a essa lacuna, a lei chilena 21.639, por exemplo, estabelece a obrigatoriedade de as instituições contarem com “uma estratégia de comunicação que garanta que as políticas, planos, protocolos e regulamentos sejam conhecidos no interior das instituições de educação superior”. (Chile, 2021).

No cenário brasileiro, pesquisas confirmam que a desinformação é um entrave crítico. A ausência de instruções sobre os fluxos de acolhimento faz com que a maioria das pessoas que sofreram violência não formalize denúncias, evidenciando que a carência de informações atua como uma barreira direta ao acesso a direitos e à proteção (Montrone et al., 2020; Cavaleiro; Lizzi, 2024).

O artigo 5º da Lei 14.540/2023, que trata das diretrizes para as ações e estratégias destinadas à prevenção e ao enfrentamento do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e de todas as formas de violência sexual no âmbito da administração pública, traz como duas das sete diretrizes a “divulgação da legislação pertinente e de políticas públicas de proteção, de acolhimento, de assistência e de garantia de direitos às vítimas” e a “divulgação de canais acessíveis para a denúncia da prática de assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual, ou de qualquer forma de violência sexual, aos servidores, aos órgãos, às entidades e aos demais atores envolvidos” (Brasil, 2023).

O acesso à informação, portanto, é primordial para que não só a comunidade interna das IES, mas também o público geral, possa conhecer os caminhos existentes, os direitos e as possibilidades de acolhimento diante de uma situação violenta. Trata-se, também, de demonstrar de forma explícita a

forma como a instituição encara a questão da violência de gênero e as ações contra essa realidade em seu interior.

Em um contexto em que a internet é acessível à maior parte da população que faz parte da comunidade acadêmica, os sites institucionais são, muitas vezes, o primeiro contato das pessoas com a instituição. No entanto, nos estudos sobre as políticas institucionais e os mecanismos de acolhimento de pessoas em situação de violência, o enfoque dado à comunicação e ao acesso à informação sobre essas instâncias é quase inexistente, indicativo da pouca importância dada ao acesso, desenho e bom ou mau funcionamento dessas páginas (Ferrada; Simbürguer, 2024).

Considerando essa lacuna, desenvolvemos uma metodologia exploratória, que nos ajudou a analisar a disposição das informações nos sites institucionais a partir da experiência de navegação de uma pessoa em busca de informações sobre acolhimento e denúncia de situações de violência. O foco foi avaliar se houve facilidade ou dificuldade em chegar até as informações de interesse.

Em primeiro lugar, realizamos o levantamento das instituições de ensino superior públicas dos sete estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, totalizando no número de 54 instituições, conforme quadro a seguir.

Tabela 1: Instituições de ensino superior públicas do Sul e do Sudeste

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS (IES)				
FEDERAIS	SUL	RS	7	14
		(UFRGS, FURG, UFPEL, UFSM, UNIPAMPA, UFCSA, IFRS)		
		SC	3	
		(UFSC, UFFS, IFSC)		
	SUDESTE	PR	4	
		(UFPR, UTFPR, IFPR, UNILA)		
		RJ	5	23
		(UFRJ, UFF, UNIRIO, UFRRJ, IFRJ)		
		ES	2	
		(UFES, IFES)		
	SP	4		
	(UNIFESP, UFABC, UFSCAR, IFSP)			
	MG	12		

(UNIFAL, UNIFEI, UFJF, UFMG, UFSJ, UFOP, UFLA, UFMT, UFU, UFV, UFVJM, IFMG)						
TOTAL FEDERAIS				37		
ESTADUAIS	SUL	RS (UERGS)	1	9		
		SC (UDESC)	1			
		PR (UEL, UEM, UENP, UNICENTRO, UNESPAR, UNIOESTE, UEPG)	7			
		SUDESTE	RJ (UERJ, UENF)		2	8
			ES (FAMES)		1	
			SP (UNESP, UNICAMP, USP)		3	
	MG (UEMG, UNIMONTES)		2			
	TOTAL ESTADUAIS			17		
	TOTAL IES			54		

Fonte: Elaboração própria.

Para nossos objetivos, focamos na análise da existência de informações sobre as políticas de gênero ou enfrentamento às violências nas primeiras páginas do site institucional, verificando a presença e organização dessas informações (hiperlinks, menus, localização na página).

Observou-se três níveis de navegação do site: o 1º nível foi considerado a página inicial (*home*) do site institucional (zero cliques), que inclui a leitura da página inicial, de seus menus fixos e da barra inferior; o 2º nível é referente à leitura da página interna aberta a partir de um clique a partir da *home*, podendo ser do menu, selecionando uma instância específica - como reitoria ou pró-reitoria - ou um clique a partir de algum banner ou link disponível na *home* que pudesse fazer menção à violência de gênero, instâncias ou campanhas referentes à temática; o 3º nível de navegação corresponde ao segundo clique, ou seja, quando a busca já é dentro de alguma página interna. Por exemplo: ao clicar no botão referente à “Pró-reitoria de Assuntos Estudantis” no menu disponível na *home*, ainda não há informações diretamente relacionadas à temática que se está buscando, mas há um botão

que leva à “Coordenadoria de Ações Afirmativas”, onde, por dedução, pode haver políticas ou mecanismos voltados à temática investigada. A coleta das informações foi realizada até fevereiro de 2025.

Na leitura das páginas, buscou-se identificar as informações referentes às instâncias de denúncia, acolhimento ou enfrentamento das violências de gênero (tais como: ouvidoria; política de gênero; ações contra a discriminação) ou, intuitivamente, os locais/instâncias onde essas políticas poderiam estar localizadas (tais como: pró-reitoria de assuntos estudantis; assistência estudantil; entre outros).

Seguindo a metodologia definida para essa pesquisa, quando não encontrada nenhuma informação referente a essas questões na *home*, partia-se para o segundo nível, isto é, dando um clique em botões, ou hiperlinks onde, intuitivamente, essas políticas poderiam estar localizadas, como a Reitoria (Menu = Institucional; Nome da Instituição etc.), Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, Ouvidoria, entre outras possibilidades. Ao entrar nessa página, fazemos uma leitura completa dos menus internos e demais informações, buscando as políticas institucionais, equipamentos de enfrentamento às violências etc.

Ao entrar em diferentes páginas internas, nosso intuito foi reconhecer tanto qual era a instância à qual a política ou equipamento estava vinculada quanto quão “profunda” poderia estar a informação, pensando que cada nível do site seria uma camada a mais de dificuldade para que a informação fosse encontrada. Dessa forma, quanto mais cliques necessitassem ser feitos dentro do site para encontrar a política ou equipamento, mais difícil para a pessoa usuária encontrar a informação.

O terceiro nível, quando já eram feitos dois cliques em páginas internas do site, foi limite estabelecido por esta metodologia para definir se o site possuía informações acessíveis a respeito das políticas e equipamentos. Caso a informação não fosse encontrada até este terceiro nível, ou seja, dentro de uma ou duas camadas do site, considerávamos que havia barreiras ao acesso à informação ou que a instituição poderia não ter nenhuma política ou equipamento implementado.

Após a análise dos três níveis no site institucional, partimos para uma busca pelas palavras-chave: “violência de gênero”; “assédio” na plataforma Google, usando os termos combinados com a sigla de cada instituição. Esta etapa se justifica pois verificamos que algumas instituições, embora não dispusessem as informações sobre as políticas e mecanismos facilmente em seus sites, quando buscadas no Google, os resultados mostravam que havia. Assim, decidimos fazer a busca no Google para todas as instituições. Nesta etapa, descrevemos o que foi sendo encontrado na busca em cada caso. Para algumas IES, somente neste momento encontramos alguma política específica ou mecanismo de enfrentamento às violências.

As informações que foram sendo encontradas em cada etapa da análise foram descritas em um quadro, sendo cada linha uma universidade e cada coluna um nível de busca. Quando encontrada a informação da política ou do mecanismo, incluía-se o link que direcionava para a página referente. Quando não encontrado, deixava-se em branco. No quarto nível, realizamos uma leitura dos principais resultados, abrindo cada um deles. A maior parte dos resultados foi de notícias que mencionavam as palavras-chave. A leitura permitiu verificar se tratava-se de política ou mecanismo institucionalizado ou se fazia referência a alguma campanha ou ação pontual. Sendo este o caso, registrava-se não haver políticas institucionais identificadas na busca. A Tabela 2, em seguida, mostra um exemplo.

Tabela 2: Níveis de busca dos sites

IES	1º nível	2º nível	3º nível	4º nível - Palavras-chave	Comentários
UFSC	Ouvidoria https://ouvidoria.ufsc.br/pro-ia.ufsc.br/	https://reitorias-e-secretarias/ufsc.br/	CDGEN – responsável por inúmeras ações voltadas para equidade de gênero	https://noticias.ufsc.br/2025/05/violencia-politica-contra-mulheres-ufsc-lancara-guia-em-evento-	No site, a Ouvidoria constava na <i>home</i> , no menu inicial. Com relação aos mecanismos de enfrentamento à violência, a CDGEN aparece no primeiro nível de pesquisa, através da campanha #UFSCContraatransfobia, realizada pela

Sexual e Enfrentamento de Violência de Gênero (CDGEN) (https://cdgen.ufsc.br/)	seavis.ufsc.br/	Acesso de pessoas trans a UFSC (Resolução Normativa n°181/2023/Cun, De 08 de Agosto de 2023. (https://conselho.universitario.pasinas.ufsc.br/files/2023/09/vers%C3%A3o-final-RESOLU%C3%87%C3%83O-NORMATIVA-Pol%C3%ADtica-para-Pessoas-Trans-aprovada-CUn-14.09.pdf)	gratuito-no-dia-9-de-junho/	Coordenadoria. Já no 3º nível do site, dentro da Proafe, aparece o Seavis e a política de ações afirmativas de acesso de pessoas trans na universidade. O acesso fácil, com referência às políticas em todos os níveis do site, mostram a preocupação da instituição com a informação sobre o enfrentamento às diferentes tipos de violência. No Google, a primeira notícia que aparece é sobre a Comissão de Acolhimento e Contra a Violência no CCA (CACV) que não tinha aparecido pelo site. A segunda notícia trata do lançamento do guia “Direitos diante da violência política contra mulheres”.
Link “Ações Afirmativas” No menu do lado esquerdo.	Equidade de gênero - página em construção			

Fonte: Elaboração própria.

No exemplo, podemos ver que na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o primeiro nível de acesso já possui diferentes informações sobre o que estamos buscando. Há link direto para a Ouvidoria, um banner referente à campanha #UFSCcontraatransfobia, assim como, no menu fixo, acesso direto para a Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE/UFSC). A disposição dessas informações oferecem entrada direta ao local onde encontrar as políticas de enfrentamento de violências de gênero e ao Serviço de Acolhimento a Vítimas de Violências (Seavis) a partir da primeira página do site, isto é, com um só clique.

4 Resultados e discussões

Um aspecto fundamental desta análise é relativa ao material que oferece cada site institucional sobre os temas de violência de gênero, normativas internas, políticas de enfrentamento e equipamentos de acolhimento e denúncia, entre outros. Todas essas informações devem estar disponíveis para conhecimento da comunidade e do público geral.

Com base na metodologia utilizada, separamos as instituições de ensino superior analisadas em três grupos. No Grupo 1 estão as IES que possuem alguma política, mecanismo de enfrentamento às violências ou canal de denúncia e informações acessíveis a esse respeito no site (encontradas até o 3º nível de busca). O Grupo 2 reúne as instituições que possuem alguma política, mecanismo ou canal de denúncia, mas que essa informação só foi encontrada após pesquisa com as palavras-chave (4º nível de busca). Já o Grupo 3 é composto por IES que, até o momento da pesquisa, não haviam desenvolvido ou publicado informações a respeito de nenhuma política, mecanismo ou canal de denúncia para situações de violência de gênero tanto em seu site institucional quanto em outros canais acessíveis por meio do mecanismo de busca do Google.

No Grupo 1, estão 13 instituições do Sul e 10 do Sudeste, totalizando 23 IES que possuem mecanismos e políticas e cuja informação foi encontrada no site institucional. No Grupo 2, estão 4 instituições do Sul e 12 do Sudeste, totalizando 16 IES que possuem mecanismos e/ou políticas, mas cuja informação não foi acessível através do site institucional. No Grupo 3, estão 6 instituições do Sul e 9 do Sudeste, totalizando 15 IES que não possuem mecanismos ou políticas de enfrentamento às violências de gênero até o momento desta pesquisa.

Tabela 3: IES divididas em grupos, com base na análise do acesso à informação

Grupo	Região	IES	Nº total
Grupo 1	Sul	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	13

		Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	
		Universidade Federal de Rio Grande (FURG)	
		Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)	
		Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	
		Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	
		Universidade Federal do Paraná (UFPR)	
		Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	
		Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	
		Instituto Federal do Paraná (IFPR)	
Sudeste		Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	10
		Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	
		Universidade Federal Fluminense (UFF)	
		Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)	
		Universidade Federal do ABC (UFABC)	
		Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	
		Universidade Estadual Paulista (UNESP)	
		Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	
		Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	
		Universidade de São Paulo (USP)	
Total Grupo 1			23
Grupo 2	Sul	Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)	4
		Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	
		Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)	
		Universidade Estadual de Maringá (UEM)	
Sudeste		Universidade Federal de Lavras (UFLA)	12
		Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	
		Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	
		Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	
		Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	
		Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Muriqui (UFVJM)	
		Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	
		Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	
		Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	
		Instituto Federal de São Paulo (IFSP)	
		Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	
		Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)	
Total Grupo 2			16
Grupo 3	Sul	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	6
		Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)	
		Universidade Estadual de Londrina (UEL)	
		Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	
		Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	
		Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	
Sudeste		Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	9
		Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)	
		Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	
		Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ)	
		Universidade Federal de Viçosa (UFV)	
		Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)	
		Faculdade de Música do Espírito Santo (FAMES)	

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Total Grupo 3

15

Fonte: Elaboração própria.

Com base nos resultados, é possível afirmar que o cuidado com a acessibilidade da informação não tem sido uma preocupação da gestão institucional, ao menos no que se refere às informações sobre o enfrentamento e ao acolhimento de situações de violência de gênero. Das 54 IES analisadas, 23 foram alocadas no Grupo 1, ou seja, aquelas cuja leitura da página inicial (*home*) ou até dois cliques em páginas internas foi possível acessar a política de enfrentamento ou o equipamento destinado ao acolhimento, realização de denúncias ou a materiais informativos sobre violência de gênero.

A pesquisa demonstrou a dificuldade de encontrar as políticas, serviços ou âmbitos de denúncia dentro da estrutura universitária. Este achado dialoga com os resultados de Ferrada e Simbürger (2020, p. 133) que, na análise dos sites das universidades da região de Valparaíso, Chile, verificaram que “muy pocas universidades informan sobre el lugar de las unidades de género en el organigrama de la institución”. Saber a instância à qual as políticas ou equipamentos estão vinculados é importante pois dá conta da posição e importância destas no interior da hierarquia institucional e, conseqüentemente, seu financiamento e seu grau de autonomia. Da mesma forma, a ausência de padronização dos sites e da própria localização desses equipamentos dentro das instituições dificulta que sejam encontradas dentro dos sites. Uma política pode, por exemplo, fazer parte do organograma da Reitoria em uma universidade e, em outra, estar dentro de ações de extensão, onde, somente quem já conhece a estrutura da universidade ou a política específica conseguiria encontrar.

Relacionado a isso, outro dado da análise demonstrou a fragmentação dos serviços e mecanismos e a falta de padronização, entre as instituições, das instâncias onde eles estão vinculados. Enquanto em algumas universidades toda a política está sendo desenvolvida dentro de uma Pró-reitoria, Coordenadoria ou Diretoria específica, em outras, ações desconectadas são

realizadas em âmbitos diferentes. Dessa forma, as pessoas que estão passando ou passaram por situações de violência precisam procurar diferentes setores para obter apoio psicológico, jurídico e social, o que pode ser desgastante e desestimulador. “A fragmentação dos serviços pode levar a uma peregrinação burocrática e a uma falta de coordenação no acompanhamento dos casos” (Rufino; Leite, 2025, p. 78).

A esse respeito, é necessário compreender que o acesso aos sites institucionais e a busca dentro das páginas internas exige que a pessoa usuária saiba onde buscar a informação, seja por intuição ou por ter conhecimento do organograma da instituição ou da política em si. Um exemplo disso é o caso da Ouvidoria, canal oficial para recebimento de denúncias e reclamações para todas as instituições públicas brasileiras. Embora o link para a Ouvidoria geralmente esteja acessível na barra inferior da maior parte dos sites, por não haver indicação ou orientações para vítimas de violência sobre o que fazer, onde buscar acolhimento ou fazer a denúncia, a simples existência deste link não significa boa informação ou uma política ou mecanismo institucional voltado para as questões de violência nas instituições.

Assim, somente instituições que coloquem na página inicial (*home*) banners ou hiperlinks que se refiram diretamente às palavras-chave ou termos que remetam às políticas (violência de gênero, assédio, denúncia etc.) podem ser consideradas instituições realmente engajadas, ao menos no nível do acesso à informação e comunicação, com o enfrentamento e acolhimento de casos de violência. “Esta informação pode ser entendida como a expressão da disposição, rigor e compromisso da instituição com a transversalização da perspectiva de gênero na organização e com a promoção de espaços sem violência de gênero e de sua sanção quando esta ocorre” (Ferrada; Simbürger 2020, p. 128-9, tradução nossa).

5 Considerações finais

Os estudos de gênero e feministas, ao respaldarem a compreensão da estrutura social cisheteropatriarcal que sustenta e reproduz as desigualdades e violências contra as estudantes, professoras, servidoras técnicas, trabalhadoras terceirizadas e demais membros da comunidade universitária, somados ao aumento da presença de mulheres e diversidades de gênero e a criação de coletivos de estudantes nas universidades, têm tensionado a rigidez da estrutura universitária, provocando a criação de medidas, mecanismos e políticas afirmativas para acesso e permanência de estudantes de diversos grupos sociais, assim como de enfrentamento aos diversos tipos de violência no ambiente acadêmico.

Ao realizar um levantamento de publicações sobre essa temática, Bellini e Mello (2022) demonstraram que o foco dos artigos internacionais disponíveis na base de dados *Web of Science* tem sido a análise das políticas de atendimento institucionais no enfrentamento às violências. Entre eles, Valls et al. (2007) argumentaram que as mudanças efetivas no ambiente violento das universidades só podem ser feitas se forem em nível institucional, ou seja, com a implementação de políticas que visam desenvolver programas de prevenção e ações contra a violência de gênero, em conjunto com campanhas voltadas à tolerância zero por parte de toda a comunidade universitária aos agressores e a suas redes de apoio.

Estes estudos também trazem recomendações, como a criação, pelas instituições, de políticas para o combate, prevenção e superação da violência de gênero nas universidades, com medidas disciplinares normativas e punitivas; criação de espaços de denúncia e de acolhimento às vítimas; criação, no site da universidade, de espaços onde possam ser realizadas denúncias e encontradas todas as informações sobre atendimento e procedimentos, entre outras relativas à formação, campanhas, elaboração de documentos informativos e posicionamento institucional público diante dos casos. Essas recomendações explicitam que, para além da criação de políticas ou equipamentos, é necessário realizar ações de formação e comunicação para que a estrutura de proteção e enfrentamento seja efetiva.

Ao analisar os sites institucionais das IES públicas do Sul e do Sudeste brasileiros, percebemos que os critérios de validade, confiabilidade, usabilidade das páginas, assim como a pertinência dos conteúdos, o tipo de recursos que oferece (atributos de acesso, desenho e funcionamento que favorecem seu uso) e os dados descritivos das instâncias institucionais nem chegam a ser avaliados quando, na maior parte das IES, as políticas e equipamentos sequer existem, e a comunicação sobre aquilo que é feito não é o foco de preocupação da gestão institucional.

Diante disso, torna-se evidente reforçar que é dever das instituições dispor de forma clara, acessível e com qualidade as informações sobre sua estrutura, seus programas e toda a oferta de serviços e apoio que a comunidade necessita. As páginas oficiais das universidades na internet costumam ser o canal mais apropriado e completo para dispor essas informações. A importância desses sites está em sua capacidade de orientar a ação de pessoas que precisam de informação sobre seus direitos, acesso a acolhimento e aos canais de denúncia. Saber como proceder e a quem se dirigir é um elemento primordial para garantir não só a efetividade das políticas, mas a sensação de segurança e acolhimento que pessoas que passam por situações de violência dentro das IES necessitam.

Referências

- AHMED, Sara. *¡Denuncia!* El activismo de la queja frente a la violencia institucional. Tradução: Tamara Tenenbaum. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caja Negra, 2022.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque de. A visibilidade da categoria assédio sexual nas universidades. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (org.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 195-220. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#>. Acesso em: 4 jan. 2026.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. *Entre segredos, posts e notícias: a construção pública de categorias de violência sexual*. 2023. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. Violência contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, Cristina et al. *Mulheres e violência: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 384-399.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 288, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/LZmX67CZRJScmfcdsy4LxzJ/>. Acesso em: 4 jan. 2026.

BARSTED, Leila Linhares. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. (comp.). *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 17-40. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523220167.0002>. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q7h4k/pdf/sardenberg-9788523220167-02.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BELLINI, Daniela Mara Gouvêa; MELLO, Roseli Rodrigues de. As contribuições científicas para a prevenção e superação da violência de gênero nas universidades. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (org.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 29-57.

BRASIL. [Decreto nº 12.122, de 30 de julho de 2024]. *Decreto nº 12.122, de 30 de julho de 2024*. Institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12122.htm.

Acesso em: 4 jan. 2026.

BRASIL. [Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001]. *Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001*. Altera o Decreto-Lei nº 2.848 [...] para dispor sobre o crime de assédio sexual [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10224.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006]. *Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. [Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015]. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848 [...] para prever o feminicídio como circunstância qualificadora [...]. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 10 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. [Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018]. *Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018*. Dispõe sobre a tipificação de crimes de importunação sexual [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13718.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. [Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021]. *Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021*. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14192.htm. Acesso em: 12 jan. 2026.

BRASIL. [Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023]. *Lei nº 14.540, de 3 de abril de 2023*. Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual [...] no âmbito da administração pública [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14540.htm. Acesso em: 4 jan. 2026.

CAVALEIRO, Maria Cristina; LIZZI, Elisangela Aparecida da Silva. Violência de gênero na universidade: resistências para além de silêncios e omissões. *Revista Olhares*, v. 12, n. 1, p. 1-27, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/15585>. Acesso em: 4 jan. 2026.

COSTA, Maria Conceição. Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência. *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 455-459, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/6ZQkZdY4Ccp8xYZFphchT7L/>. Acesso em: 4 jan. 2026.

FELTRIN, Rebeca Buzzo; BESSA, Karla Adriana Martins; LOPES, Maria Margaret. Desigualdades de gênero na ciência brasileira: uma análise interseccional da distribuição das bolsas de pesquisa do CNPq (2005-2023). *Revista Eletrônica Trilhas da História*, v. 13, n. 27, p. 156-173, 2023. DOI:

<https://doi.org/10.55028/th.v13i27.21084>. Disponível em:
<https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/21084>. Acesso em:
18 jan. 2026.

FERRADA, Rocío; SIMBÜRGER, Elisabeth. La cara visible de las unidades de género en las universidades chilenas: un estudio sobre el uso de las páginas web de las Unidades de género en la región de Valparaíso. *Calidad en la Educación*, n. 60, p. 123-149, jul. 2024. DOI:

<https://doi.org/10.31619/caledu.n60.1442>. Disponível em:
<https://www.calidadenlaeducacion.cl/index.php/rce/article/view/1442>. Acesso em: 18
jan. 2026.

FURLIN, Neiva. Mecanismos institucionais de prevenção e enfrentamento das violências de gênero em universidade estaduais. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 11, n. 1, p. 25-51, jan./mar. 2025. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/64418>. Acesso em: 12
jan. 2026.

FURLIN, Neiva; DELGADO, Ana Cristina Coll. Enfrentamento da violência de gênero em universidades federais brasileiras: mapeamento dos mecanismos institucionais. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 19, e024138, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21723/riade.v19i00.19023>. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/19023>. Acesso em: 12
jan. 2026.

GAMBOA-SOLIS, Flor de Maria. Acoso sexual na Universidade de Protocolos e Protocolos. *Nómadas*, Bogotá, n. 51, p. 211-221, 2019. DOI:
<https://doi.org/10.30578/nomadas.n51a12>. Disponível
em:<https://nomadas.ucentral.edu.co/index.php/component/content/article/2565-violencias-de-genero-en-las-universidades-nomadas-51/4-alcances-limites-y-desafios-de-la-accion-institucional/1042-acoso-sexual-en-la-universidad-de-protocolos-y-protocolos>. Acesso em: 12 jan. 2026.

GODINHO, Maria Inês Almeida. *Decolonizando o olhar: representações visuais e subjetividades nos coletivos universitários contra a violência de gênero – 2010 a 2020 – USP, UNESP e UNICAMP*. 2022. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022.

GUZZO, Morgani; WOLFF, Cristina Scheibe. Mobilizações feministas e LGBTQ+ na contemporaneidade: a efervescência dos coletivos na UFSC, em Florianópolis/SC. *In*:

CRESCÊNCIO, Cintia Lima; SILVA, Janine Gomes da; BRISTOT, Lidia Schneider (org.). *Histórias de gênero*. 1. ed. São Paulo: Verona, 2017.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 3 fev. 2026.

HARDING, Sandra. Del problema de la mujer en la ciencia al problema de la ciencia en el feminismo. In: HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Ediciones Morata, 1996. p. 15-27.

INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. *Violência contra a mulher no ambiente universitário*. São Paulo: Data Popular, 2015. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>. Acesso em: 5 jan. 2026.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 13-34, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32137.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2026.

KELLER, Evelyn Fox. *Reflexiones sobre género y ciencia*. Valencia: Alfons El Magnànim, 1991.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/F8MbrypqGsJxTzs6msYFp9m/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

LIMA, Melina Moreira Campos; CEIA, Eleonora Mesquita. Violência de Gênero nas Universidades: um panorama internacional do problema. In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (org.). *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas*. Brasília: OAB Editora, 2022. p. 3-28.

LIZAMA-LEFNO, Andrea; QUIÑONES, Andrea. Acoso sexual en el contexto universitario: estudio diagnóstico proyectivo de la situación de género en la Universidad de Santiago de Chile. *Pensamiento Educativo*, v. 56, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.7764/PEL.56.1.2019.8>; Disponível em: <https://ojs.uc.cl/index.php/pel/article/view/24251>. Acesso em: 12 jan. 2026.

LOPES, Maria Margaret; SOUSA, Lia Gomes Pinto; SOMBRIÓ, Mariana Moraes de Oliveira. A construção da invisibilidade das mulheres nas ciências: a exemplaridade

de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976). *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 1, p. 97-109, 2004.

DOI:

<https://doi.org/10.22409/rg.v5i1.223>. Disponível em:

<https://www.periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31006>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MACHADO RUFINO, Valéria; LEITE, Rosiane da Silva. *Mapeamento dos equipamentos e políticas institucionais existentes nas universidades federais brasileiras*. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2025.

MENDOZA, Marlen. Violencia de género en la UNAM: un diagnóstico de la situación. In: GONZÁLEZ, Rosa (comp.). *Violencia de género en las Instituciones de Educación Superior en México*. México: Horizontes Educativos/UPN, 2013. p. 107-134.

MINGO, Araceli; MORENO, Hortensia. El ocioso intento de tapar el sol con un dedo: violencia de género en la universidad. *Perfiles Educativos*, v. 37, n. 148, p. 138-155, 2015. DOI: <https://doi.org/10.22201/iisue.24486167e.2015.148.49318>. Disponível em: https://perfileseducativos.unam.mx/iisue_pe/index.php/perfiles/article/view/49318.

Acesso em: 12 jan. 2026.

MONTRONE, Aida Victoria Garcia *et al.* Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. *Gênero*, Niterói, v. 21, n. 1, p. 6-23, 2. sem. 2020. DOI:

<https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46596>. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/46596>. Acesso em: 12 jan. 2026.

MORENO, Hortensia. Sexismo, discriminación y hostigamiento sexual en el aula: ¿cómo detectarlos, cómo combatirlos? In: BUSTIS, Olga; BLÁZQUES, Norma (comp.). *Qué dicen las académicas acerca de la UNAM*. México: UNAM, 2003.

OBERTI, Alejandra; SPATARO, Carolina; AZPARREN, Ana Laura. *Reconocer para transformar: primeros diagnósticos sobre situaciones de violencia de género en la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales/UBA, 2021. Disponível em: <https://www.sociales.uba.ar/wp-content/blogs.dir/219/files/2021/11/Sociales-en-Debate-Violencia-de-genero-UBA.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher – “Convenção do Belém do Pará”. Belém: OEA, 1994. Disponível em: <https://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>. Acesso em: 5 jan. 2026.

PASINATO, Wânia. Violência de gênero na Universidade – o desafio da USP. *Jornal da USP*, São Paulo, 6 set. 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=114096>. Acesso em: 12 jan. 2026.

POLONI, Paula Keiko Iwamoto; SILVA, Nataly Correia. Assédio sexual nas Universidades Federais: reflexões e desafios na cultura universitária. *ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 11, n. 26, p. 75-92, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.48074/aceno.v11i26.16998>. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/16998>. Acesso em: 4 jan. 2026.

PORTO, Madge. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, Cristina *et al.* *Mulheres e violência: interseccionalidades*. Brasília: Technopolitik, 2017. p. 384-399.

POSSAS, Lídia M. V. Apresentação. Dossiê 1 “Violência de gênero na Universidade”. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, v. 8, p. 7-16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36311/2447-780X.2022.v8esp2.p7>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/13780>. Acesso em: 4 jan. 2026.

RODRÍGUEZ DE MELARA, María Ángela. La Universidad de El Salvador como espacio de reproducción de la violencia de gênero. *Entorno*, n. 66, p. 62-75, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5377/entorno.v0i66.6727>. Disponível em: <https://camjol.info/index.php/entorno/article/view/6727>. Acesso em: 4 jan. 2026.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecília M. B. (org.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: Redor/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Tradução: Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 12 jan. 2026.

VALLS, R. *et al.* Violencia de género también en las universidades? Investigaciones al respecto. *Revista de Investigación Educativa*, v. 25, n. 1, p. 219-231, 2007. Disponível em: <http://revistas.um.es/rie/article/view/96771>. Acesso em: 11 jan. 2026.

ZANELLO, Valeska; RICHWIN, Iara Flor. Assédio sexual no ensino superior brasileiro: uma análise sociogendrada das emoções e das subjetividades na

transferência entre alunas assediadas e professores assediadores. *In: ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; ZANELLO, Valeska (org.). Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas.* Brasília: OAB Editora, 2022. p. 195-220.

Recebido em fevereiro de 2026.

Aprovado em abril de 2026.